

O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, NOVEMBRO/2018 - ANO XXII - Nº 262

EDITORIAL

São grandes as expectativas da população quanto ao novo governo eleito, que tomará posse em 1º de janeiro de 2019. O Presidente eleito Jair Bolsonaro assumirá a Presidência da República com a missão de atender quatro grandes anseios dos brasileiros: mais segurança pública, mais emprego, combate à corrupção e ordem. Essas são as principais promessas de campanha pelas quais possivelmente ele será cobrado e que, desde já, têm grande potencial de desgastá-lo ou torná-lo ainda mais popular – dependendo dos resultados apresentados.

Como em todo novo governo, a população espera que Jair Bolsonaro e sua equipe consigam alavancar a recuperação econômica e as mudanças necessárias para a melhoria do ambiente de negócios. Em seu primeiro discurso após a confirmação de seu nome como vencedor do pleito, atenuou as colocações duras e, muitas vezes, polêmicas, que marcaram sua campanha eleitoral. Destacou pontos como: respeito à Constituição Federal, garantia de liberdade política, religiosa e de opinião, enxugamento da estrutura do governo e redução da burocracia, estímulo ao empreendedorismo, foco na geração de emprego e renda e no equilíbrio fiscal.

São pontos altamente positivos, mas de implementação complexa. Não só a capacidade de articulação do novo Presidente, mas também o real comprometimento dele e de sua equipe de governos serão posto à prova desde o primeiro dia.

É de se esperar que a adesão do discurso à prática será acompanhada de forma rigorosa pelos demais poderes instituídos, pela mídia, pelo mercado e pelos parceiros internacionais do país – como deve ser uma democracia. Resta, a partir de agora, esperar que o novo presidente saiba escolher bons conselheiros, conhecedores dos tortuosos caminhos econômicos e políticos do país. E resta à sociedade civil e às entidades representantes dos setores produtivos e de serviços assumirem papel ativo no sentido de levar ao novo governo suas demandas e anseios, zelando, também, pela segurança institucional e pelo respeito aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.



Reprodução da Internet

Importante celebrar o Dia da Consciência Negra, mas não da forma como é feito atualmente, como um feriado qualquer. As pessoas desconhecem o real sentido da data. É preciso que ela seja discutida e aprofundada com a população. Mais informação é essencial.

O Dia da Consciência Negra

Em 1888, quando a Lei Áurea foi assinada, o Brasil era um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão. Eternizada como uma liberdade concedida de forma paternalista pela Princesa Isabel, a abolição foi, sobretudo, consequência natural dos anos de atuação e luta de escravos, libertos, intelectuais e de jornalistas negros e mestiços em prol dos direitos dos afrodescendentes.

Antes de 1888, a escravidão já dava sinais de declínio com medidas do governo imperial, as quais, na verdade, pouco tinham de efetivas. O regime escravocrata foi, efetivamente, perdendo forças graças à crescente atuação do movimento abolicionista e ao próprio desinteresse de algumas províncias em manter o sistema. O Ceará, por exemplo, declarou a extinção da escravidão em 1885, por conta própria. Aumentavam as fugas em massa de escravos e a elite cafeeira paulista, pressentindo o final do escravismo, apressou os planos para iniciar a imigração.

A Lei Áurea, que declarava em apenas dois artigos a extinção da escravidão no Brasil, não previa medidas de readaptação que garantissem condições dignas pós-escravidão. Não havia políticas públicas que abrangessem alimentação, moradia, educação, emprego ou qualquer outra reparação por anos de sofrimento.

Essa falta de visão de nossos governantes daria brecha a discriminações e à desigualdade sentidas até hoje. Ao ex-escravo coube se adaptar permanecendo nas fazendas em trabalhos mal remunerados ou na periferia das cidades, onde, por falta de qualificação, eram preteridos em relação à mão de obra do imigrante. Taxados de indolentes e preguiçosos, eram-lhes oferecidos trabalhos menores.

No mês de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra, movimentos sociais, principalmente negros, promovem uma série de reflexões envolvendo a historiografia e a sociologia da população negra do Brasil.

Ao abordarmos aspectos pertinentes à historiografia do 20 de novembro, buscamos na memória dos negros brasileiros aspectos que apontam essa população como sujeito histórico modificador do seu contexto social.

Ainda se pensa que o negro escravizado sofreu de maneira passiva os maus-tratos praticados pelo sistema escravista. Essa crença na passividade do escravo e de seus descendentes no Brasil é um equívoco histórico baseado no racismo, que produz e dissemina uma visão negativa sobre a população negra. A omissão da ação dos negros na história não é um fato isolado, mas parte de uma ideologia que a inferioriza, construída ao longo dos séculos e que permanece viva. Aspectos que contribuem para esse equívoco histórico são o desconhecimento sobre os processos de luta e organização da população negra durante o período escravista e a falta de divulgação de pesquisas e livros que recontem a história dos afrodescendentes destacando-os como sujeitos ativos e não como vítimas da escravidão e do passado escravista.

É, portanto, no contexto de disputa ideológica da história do negro do Brasil e do poder dominante que o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, pode ser explicado. Evidenciar o aspecto histórico dessa data é uma maneira de mostrar que a população negra não se deixou dominar passivamente.

Imagem - Memória

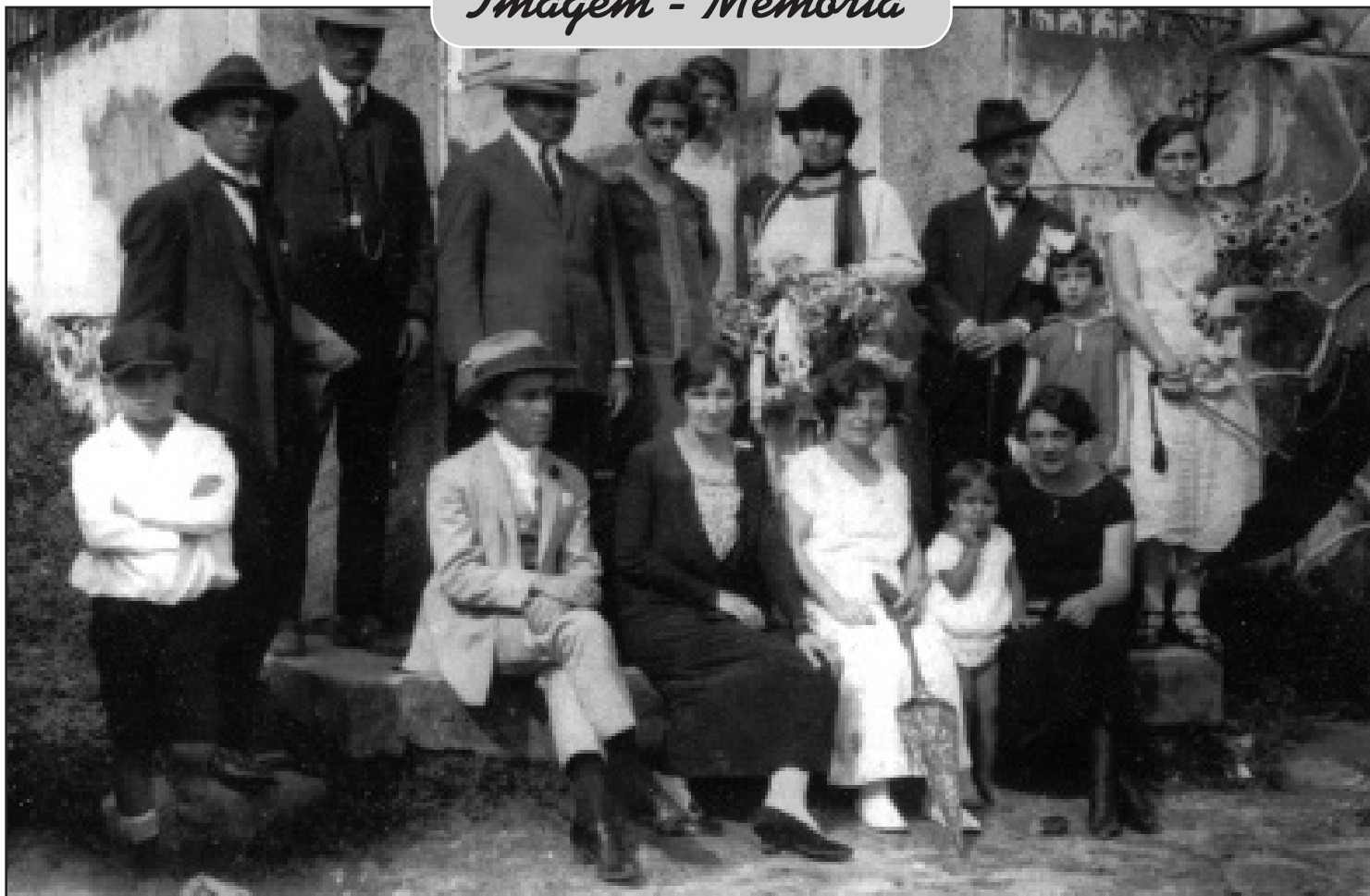


Foto Arquivo Pro-Memória

Um diplomata fazendeiro em Piquete

Durou pouco mais de três anos o sonho do diplomata chileno Francisco Rivas Vicuña de transformar uma pequena propriedade rural de Piquete numa fazenda agrícola modelo. Ele pretendia utilizar seus conhecimentos técnicos adquiridos pelo mundo para a melhoria da terra e o aumento da produtividade agrícola. Circunstâncias adversas, no entanto, obstaculariam esse trabalho desde o seu início. A passagem de Francisco Rivas pelo município ficou na memória de alguns ex-alunos do Grupo Escolar de Piquete. João Vieira Soares e os irmãos Emília e Ismael Marques de Almeida, alunos da turma de 1925, falavam de um senhor chileno, proprietário da fazenda Bela Vista, que visitava com certa frequência o Grupo Escolar. Nessas ocasiões, era recebido com deferência pelos professores e pelo diretor Luiz de Castro Pinto e falava com os alunos estimulando-os a estudar e a respeitar o meio ambiente. Simpático e educado, chamava a atenção pela fluência em idiomas. Tornou-se um amigo da escola e ganhou o respeito e a admiração de todos. Certa vez, foi homenageado pelos alunos, que o receberam cantando o Hino Nacional do Chile.

Francisco Rivas Vicuña era uma personalidade chilena de grande prestígio em sua terra e no mundo. Engenheiro, deputado, escritor e diplomata, passou por embaixadas de diferentes países e, após sua aposentadoria, resolveu empreender uma experiência agrícola no Brasil, país que admirava e no qual mantinha grande círculo de amizades. Por volta de 1924, comprou para seus filhos, em Piquete, a Fazenda Bela Vista e a renomeou "Chile". Numa primeira visita, trouxe a esposa, Sophia Rivas, e os filhos Francisco, Carmem e Jaime. Permaneceu por quatro

meses assistindo aos filhos com conselhos e orientações para o trato com a terra. A família logo se integrou à sociedade piquetense. Procuravam estar sempre em contato com as autoridades e as forças vivas do município enaltecendo as potencialidades que a terra traria se bem cuidada. Suas palestras, porém, não encontraram eco. Em entrevista para o jornal carioca *Correio da Manhã* de 5 de junho de 1925, expôs suas observações desses quatro meses em Piquete e do seu contato direto com o produtor brasileiro. Dizia ele: "... Certo têm estes procurado fazer tudo o que está ao seu alcance e na medida de suas posses. Mas acontece que informações erradas ou suposições sem fundamentos os levam a não considerar, debaixo do seu ponto de vista estrito, este ou aquele problema. A falta de instrução é disseminada pelo interior. O primeiro mal do Brasil é a ignorância em que vegeta a população rural, ignorância que não se limita ao desconhecimento do alfabeto, mas vai até ao das noções práticas mais úteis e necessárias à sua atividade. Vivem presos a velhas superstições e ainda acreditam na influência dos astros sobre o plantio e têm como obra do demônio os instrumentos e máquinas agrícolas modernas".

Francisco Rivas conta na entrevista que quando chegou à sua fazenda em Piquete, resolveu organizá-la de acordo com ensinamentos e preceitos técnicos modernos para a época. Não houve uma só pessoa que não profetizasse a sua ruína... Houve trabalhadores que se recusaram a trabalhar para não contribuir para a sua desgraça. Entretanto, segundo o diplomata, a cura desse mal era fácil e poderia ser completada em menos de cinco anos. Bastaria que o governo tornasse obrigatório nas escolas primárias o

ensino dos rudimentos essenciais e indispensáveis da ciência agrícola, como o preparo e o cultivo da terra, a vida das plantas, a rotação das culturas etc. "Em suma, fazer do homem aquilo que ele deve ser: um agente valorizador da terra. Porque hoje, no Brasil, o homem é o contrário disso: com sua ignorância, a sua rotina, a sua miséria física e a sua lamentável miséria intelectual, ele se tornou um agente desvalorizador da terra, um entrave ao progresso econômico do país". Conclui ele: "O lado prático dessa solução é que, saindo da escola com a cabeça cheia dessas noções, a criança, em casa, seria para o pai, roceiro sem instrução, um verdadeiro mestre, um professor".

Francisco Rivas acreditava na educação como força transformadora da sociedade. Mesmo sem apoio, mas com determinação, iniciou belo trabalho em sua fazenda de Piquete. Infelizmente, porém, em fevereiro de 1927, se acidentou em sua fazenda. Enquanto arranjava uma correia do engenho, teve uma vertigem e caiu recebendo uma pancada na cabeça. Socorrido e levado para a Santa Casa de Lorena, foi atendido pelos médicos Dr. Gama Rodrigues e Dr. Etulain Autran. Após melhora, foi transferido para uma casa de repouso no Rio de Janeiro. Algum tempo depois, por ordens médicas, retornou para o Chile. A fazenda no Piquete foi vendida e ficou para trás o sonho de transformá-la em uma propriedade agrícola modelo para o país, sem recorrer a instalações caras, institutos e estabelecimentos superiores, burocracia e alarde.

Foto de 1925 em frente ao Grupo Escolar. Francisco Rivas é o primeiro à direita. A partir da esquerda, o diretor Luiz de Castro Pinto, o prefeito José de Brito, e o professor João Cardoso do Nascimento.

GENTE DA CIDADE

Ana Costa

O alto astral é sua marca registrada. Onde quer que esteja, sua alegria contagia os inúmeros amigos, a quem carinhosamente cumprimenta.

Ana Maria Marcondes Costa é a terceira dentre os quatro filhos que tiveram José da Silva Costa e Antonieta Marcondes Costa. Nasceu a 6 de agosto de 1949, na casa da família à Rua do Piquete. “Sou piquetense de raiz, nascida e criada à rua do Piquete...”, diz, entre muitas risadas.

Ana conta que era uma criança extrovertida. Ao se recordar do primário e do ginásio, fala das muitas chamadas de atenção que recebia, “por ser terrível na sala de aula”. O respeito pelos professores, porém, fica evidente quando cita, reverente, alguns deles: Ana Ecklund, Wanda Motta e Ritinha Ramon.

Após o ginásio, cursado na Escola Industrial da FPV, ingressou na Escola Normal Livre Duque de Caxias. Formada em 1968, Ana nunca exerceu o Magistério. Cerca de dois anos após a conclusão do curso Normal, foi aprovada em concurso público para a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. “Eu não queria ir, mas minha mãe foi decisiva me obrigando a assumir o cargo e a não desistir da carreira. Hoje vejo quão certa ela estava, apontando-me o melhor caminho”, afirma.

Ficou na Fazenda por cerca de três anos. Em 1974 foi comissionada para o Palácio dos Bandeirantes, locada no Fundo Social de Solidariedade, gabinete das primeiras damas do estado. Trabalhou com Zilda Natel, Lila Byington, Sylvia Maluf e Lucy Montoro, respectivamente esposas dos governadores Laudo Natel, Paulo Egydio Martins, Paulo Maluf e Franco Montoro. “Sempre secretariei as assessoras das primeiras damas. Nessa função conheci todo o estado de São Paulo”, conta. Paralelamente ao trabalho, Ana cursou Administração de Empresas, formando-se em 1980. Inquieta, prestou novo concurso em 1986 e foi aprovada. Tomou posse, então, em 1987, como administradora na sede da reitoria da UNESP (Universidade Paulista). Cansada da rotina



de São Paulo, conseguiu transferência para Sorocaba, passando a trabalhar na FATEC. Lá se aposentou, em 1997, e morou até 2002, quando, a convite do prefeito Carlinhos Sessão, veio assumir a Secretaria de Administração do município.

Em Piquete, Ana retomou o convívio com amigos de longa data e a participação ativa no dia a dia do município. Ficou na Prefeitura por pouco mais de dois anos. Desde então, não parou mais de contribuir com o município e divulgar a cidade. Atualmente circula entre Lorena, onde reside e trabalha, e Piquete, onde não deixa de prestigiar os eventos públicos civis e religiosos. Sua rotina contempla, ainda, encontros com a família e os amigos. Colabora, como membro do Conselho Fiscal, com a Fundação Christiano Rosa há muitos anos e é grande incentivadora de todas as atividades desta Instituição.

Católica praticante, Ana foi catequista na Paróquia São Miguel de 2005 até por volta de 2015. Como reside em Lorena, também dava catecismo na paróquia N.S. das Graças. Atualmente está somente com as aulas de catecismo em Lorena, em função do tempo

mais restrito, mas não deixou de participar das atividades da Paróquia São Miguel.

Ana Maria Marcondes Costa é uma cidadã que só contribui para melhorar os lugares onde passa. Sua alegria e o espírito motivador contagiam. Sua presença é sinônimo de “sucesso” sempre!

Ordem e Progresso... E Amor

A Bandeira Brasileira, comemorada a 19 de novembro, é um dos símbolos nacionais.

Entre os dias 15 de novembro, data da Proclamação da República, e 19, foi utilizado um modelo proposto por Ruy Barbosa, inspirado na bandeira dos EUA. Já a bandeira até hoje utilizada foi oficialmente adotada em 19 de novembro de 1889. Seu conceito foi criado por Raimundo Teixeira Mendes, com a colaboração de Miguel Lemos, Manuel Pereira Reis e Décio Villares. Dela consta a expressão “Ordem e Progresso”, forma abreviada do lema político-religioso formulado pelo filósofo francês Auguste Comte: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim” (em francês L’amour pour principe et l’ordre par base; le progrès par but).

O lema é baseado nos conceitos:

- O amor deve sempre ser o princípio de todas as ações individuais e coletivas.

- A ordem consiste na conservação e manutenção de tudo o que é bom, belo e positivo.

- O progresso é a consequência do desenvolvimento e aperfeiçoamento da ordem.

O Positivismo tem como prioridade a efetivação dos ideais republicanos de busca e manutenção de condições sociais básicas (respeito aos seres humanos, salários dignos etc.) e o melhoramento do país em termos materiais e intelectuais.

Todo país tem seus símbolos, que devem ser respeitados pelos cidadãos; e com o Brasil não é diferente. Respeitar e honrar nossa bandeira significa respeitar e honrar nossa gente, nossa terra, nossas águas e florestas. Passou da hora de fazer valer nossa bandeira, que faz referência ao amor como princípio de todas as ações, e colocarmos em prática nossa cidadania, que preconiza o cumprimento dos deveres, mas, também, a cobrança por direitos.

O ESTAFETA

Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:

Antônio Carlos Monteiro Chaves

Jornalista Responsável:

Rosi Masiero - Mtd-20.925-86

Revisor: Francisco Máximo Ferreira Netto

Redação:

Rua Professor Luiz de Castro Pinto, 22

Tels.: (12) 3156-1207

Correspondência:

Caixa Postal nº 10 - Piquete SP

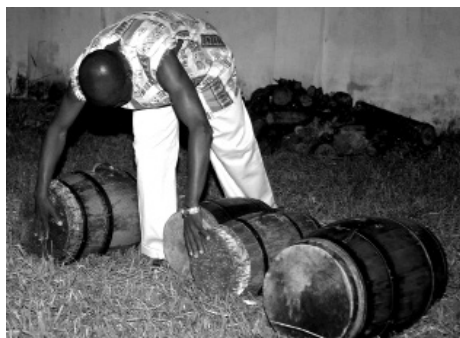
Editoração: Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Tiragem: 1000 exemplares

A Redação não se responsabiliza pelos artigos assinados.

Ana e colegas de turma da Escola Normal. Em um almoço no dia 25/11 comemoraram 50 anos de formados.





Fotos Arquivo Pró-Memória

O Jongo como forma de resistência

Em Piquete e em algumas poucas cidades do Sudeste brasileiro, ainda se pode apreciar uma roda de jongo. Essa expressão da cultura negra floresceu em áreas onde o café prosperou, no século 19. Dançado por escravos nos terreiros próximos às senzalas, essa manifestação foi, ao longo do tempo, preservada por seus descendentes, que mantiveram a tradição como símbolo de resistência e luta por uma identidade.

No Vale do Paraíba, onde a cultura do café se desenvolveu, era comum nas noites se ouvir o som abafado dos tambores, o bater ritmado de palmas e os cantos dos escravos, que dançavam numa grande roda em torno de uma fogueira. Infelizmente, essa herança cultural negra desapareceu em muitas localidades. Contribuiu para isso a pouca valorização das manifestações

culturais de raízes africanas, como também a dispersão dos praticantes devido à migração para outras cidades, o processo de urbanização e a substituição dessa prática por outras culturas. Essa não valorização concorreu para que descendentes de antigos jongueiros se envergonhassem dessa manifestação pelo preconceito velado existente. Até as décadas de 1960 e 1970, o Jongo ainda era ativo em Piquete, mas foi fenecendo com o passar dos anos e o falecimento de antigos jongueiros, guardiões dessa cultura. Manteve-se, no entanto, como uma chama na Vila Eleotério, núcleo de resistência da cultura negra.

No final da década de 1990, estimulado por pesquisadores e estudiosos, o Jongo foi criando alma nova. Ressurgiu com a presença de poucos remanescentes que

passaram a atrair, cada vez mais, uma nova geração de jovens curiosa por resgatar e conhecer a tradição de seus antepassados. O grupo foi ganhando visibilidade e passou a se reunir em diferentes momentos e localidades. Crianças que até então não podiam frequentar as rodas de jongo foram estimuladas a aprender o canto e a dança de seus ancestrais. Teve essencial participação para isso o professor Gilberto Augusto da Silva, que ficou à frente desse trabalho, empenhando-se para divulgá-lo.

Patrimônio imaterial do Sudeste brasileiro, tombado pelo IPHAN, o Jongo, que contribuiu para a formação da cultura nacional, precisa, cada vez mais, de apoio e incentivo para que seja salvaguardado como importante manifestação cultural de raiz africana.

É outono. Acredite!

Todos já viram ao menos em uma fotografia a exuberante paisagem de uma floresta caducifólia quando chega o outono. As folhas chamadas caducas perdem o verde da vida e caem. Por um momento há uma beleza inigualável que dura poucos dias. As folhas adquirem tons de amarelo, dourado, laranja e vermelho e pintam toda a floresta. Lindo! Mas o que vemos, na verdade, é uma grande tristeza pela aproximação do inverno. Para que não congelem, as árvores passam por uma longa hibernação. Sem folhas elas não se alimentam da luz do sol. Ficam nesse estado até que a primavera traga novamente a vida e o verde brilhante retorne em brotos e depois em flores. Eu me espelhei na natureza e reagi da mesma forma. Deixei que minhas folhas verdes se transformassem em algo seco e sem vida. E elas estão caindo vagarosamente ao sabor da brisa fria do inverno que se aproxima. Em breve, uma longa e tenebrosa escuridão. Hora de hibernar da alegria e da expansão. Hora de se fechar em si mesmo. Hora de se calar e apenas ouvir as grandes rajadas de vento frio e neve que irão nos açoitar os galhos agora secos e quebradiços. Hora de preservar no centro do tronco da alma a seiva que traz a vida.

Hora de esperar e se resignar. Camadas e mais camadas de neve fria irão se acumular sobre a pouca relva obtida em belos verões e primaveras. Todo o esforço primaveril agora se fecha. Sob tanta neve existe a grama seca e sem nutrientes. Rios congelados. Silêncio das aves canoras. Ouve-se apenas o gralhar de corvos negros e agourentos na busca agonizante por alimentos. Tempo de carestia. Tempos sombrios. Sem folhas, sem luz e sem forças me enfurno na mais profunda caverna de meu ser. Não posso me permitir emoções tristes e lamúrias. Estas fazem o coração disparar. Invernos são para batimentos fracos, respirar manso e movimentos lentos. Na esfuziante visão das folhas que ainda se dependuram amarelas e coloridas nas árvores dessa imensa floresta chamada Brasil muitos ainda aplaudem. Muitos se sentem maravilhados. Afinal ainda é outono e não inverno. Não ouvem que os vórtices de vento trazem o frio vagarosamente por detrás das montanhas mentirosas. O sol ainda brilha. O mormaço ainda se faz presente. Mas os ventos vêm logo e trazem maldosamente o frio em nevascas ruidosas. Como na fábula da cigarra e da formiga, muitos distraídos menosprezam os avisos e ainda tocam seus

instrumentos. Poucos veem. Poucos sentem. Poucos se preparam para o recolhimento. E quando repentinamente se assustarem, será tarde. Muitas árvores secarão durante o inverno pois perderam o momento de deixar as folhas e preservar o néctar. O néctar da vida congelará nos estômatos gelados. Descuidadas e secas, servirão de lenha ao ceifador que busca madeira para se aquecer do frio. E quando uma nova primavera vier, não estarão mais no convívio das florestas caducas. E eu, por assim ser uma árvore já com as últimas e vermelhas flores, me despeço desse informativo com esse último artigo. Uma última coluna nesse outono. Aqui nesse espaço alguma doninha marota, alguma marta sorrateira, algum glutão feroz ou cervo relutante tomará meu lugar. São os que lutam pela vida no inverno. Pois eu sou mais como uma árvore caduca ou como um urso sonolento. Haverá outras primaveras. Talvez eu saia da caverna em uma delas e ache algum espaço para buscar o sol. Muitos ficaram felizes com este espaço sendo ocupado por outrem. Outros tristes. Mas é melhor respeitar o inverno enquanto ainda é outono. Pode-se não sobreviver a ele.

Luiz Flávio Rodrigues

Convite à transgressão educacional

Caro professor, você já se imaginou um “transgressor da ordem educacional”? Não? Então chegou a hora. Vamos transgredir juntos? Transgredir é excitante e motivador. Pode ser uma aventura inesquecível..., revolucionária. Histórica!

Nosso plano: difundir idéias e experiências que proponham a interdisciplinaridade como prática possível.

“As crianças aprendem a história, a geografia, a química e a física dentro de categorias isoladas, sem saber, ao mesmo tempo, que a história sempre se situa dentro de espaços geográficos e que cada paisagem geográfica é fruto de uma história terrestre; sem saber que a química e a microfísica têm o mesmo objeto, porém, em escalas diferentes. As crianças aprendem a conhecer os objetos isolando-os, quando seria preciso também recolocá-los em seu meio ambiente para melhor conhecê-los, sabendo que todo ser vivo só pode ser conhecido na sua relação com o meio que o cerca, onde vai buscar energia e organização”.⁽¹⁾

Pobres alunos! Pobres professores! Estão a se enganar. Separam o inseparável e acreditam que estão a ensinar e a aprender. Enxergam com os olhos do mundo moderno que tendem a fragmentar as manifestações da cultura humana.

O que podemos nós fazer? Não somos os salvadores do mundo, nem os heróis da educação, mas podemos, sim, difundir idéias e experiências que proponham a interdisciplinaridade como prática possível. Para tanto, antes de engavetar o conhecimento, é preciso organizar a ação pedagógica a partir da historicidade e da complexidade do conhecimento no seu todo.

Acabaremos com as disciplinas? Não, pelo menos por enquanto (esse será, quem sabe, nosso próximo plano), mas provocaremos uma revolução no interior de cada uma. Colocaremos em cheque a sua condição disciplinar. Provocaremos alguns encontros, forçaremos algumas trocas, e, o mais importante: vamos criar um espaço para que circulem com liberdade, para que conheçam

e se façam conhecer.

Serão muitos os desafios que enfrentaremos. Resistências não faltarão. Mexeremos com crenças. Vaidades serão atingidas. Intitular-se o maior conhecedor dos preceitos matemáticos, por exemplo, não é o bastante. É preciso articular esses preceitos com o conhecimento no seu todo e com a cultura. Isso porque a interdisciplinaridade rompe com a verdade suprema e absoluta de cada disciplina e de seus respectivos especialistas. Na interdisciplinaridade, o conhecimento é reconhecido como resultado da produção cultural humana. E essa não é fragmentada em disciplinas.

Nosso bandeira: o conhecimento inteiro e próprio da nossa condição humana. Aquele capaz de nos tornar pessoas mais confiantes, solidárias, felizes e apaixonadas pela cultura humana. Convite aceito? Transgredindo... **Laura Chaves**

⁽¹⁾ MORIN *apud* PETRAGLIA, I. C. Edgar Morin: *A educação da complexidade do ser e do saber*. Petrópolis, 1995, p. 68-69.

Uma cultura popular marginal

Não é de hoje que me tornei um apaixonado pelas produções culturais populares de nossa região. Gosto dos versos de Cana Verde, dos ditos da sabedoria popular, das expressões religiosas, procissões, festas dos santos, congadas, moçambiques, folias dos Santos Reis, festa do Divino Espírito Santo. São nossas raízes que devem ser cuidadas para que não sejamos destituídos de nossa identidade valeparaibana.

Ultimamente tenho observado um movimento novo, surgido entre a juventude periférica de nossas cidades. São meninos e moças vindos – para minha surpresa – de colégios públicos, produzindo uma atual cultura popular. Em saraus apresentam uma literatura encantadora, repleta de criticidade e poesia. Seus textos são indomáveis, vez ou outra obscenos para nossa moralidade cristã, mas são cheios de vida. Ensinam-nos sobre a realidade, sobre as periferias. Alguns me passam a impressão de que há Morte e Vida Severina também aqui. Não são textos acadêmicos, são populares, expressivos, existenciais, autênticos. Parecem a Via-Sacra da Pampulha, traços primitivos com vivas expressões, como só Cândido Portinari pôde fazer. São textos de vias-sacras. As vias-sacras deles e delas. Essa cultura marginal precisa ser trazida ao centro para que nos reconciliemos com nossas populações periféricas, as sintamos parte de nós e sejamos capazes de superar nossos abismos.

Trago aqui um belo texto que tomo emprestado de uma autora dessa literatura popular, a amiga Joyce Souza.

“É... tá difícil, Brasil. Quando criança eu pensava que era tudo tão lindo e que era só mais uma oportunidade, a primeira viagem, meu dinheirinho suado e quase inexistente, hoje vejo o quanto fui explorada.. fiz faculdade com um programa do governo, minha mãe foi questionada. Minha fala mudou depois de Paulo Freire e Leonardo Boff. De repente eu deixei de ser a menina especial com talentos e passei a ser odiada por alguns. Só porque eu aprendi a falar.

Guardo um carinho pelos meus exploradores... é louco isso. A gente é tão violentada que passa a amar o agressor, mas hoje, que eu aprendi a falar, é o agressor que não gosta mais de mim... Engraçado, quando eu mal falava, me esgueirava pelos cantos, eles viam em mim futuro, agora eu sou a preta abusada, esquerdista burra. Aproveitei o pouco que me ofereceram, juntei meus cacos e me tornei quem sou: era a pretinha de casa, agora a preta abusada, desbocada. Isso anda me custando algumas “amizades”. Mas o mais louco é que o que me faz pensar assim não é o discurso do Karl Marx, comunismo ou o PT (como enchem a boca pra dizer). Minha libertação se deu através de um tal Jesus. Caboclo bom, justo, que lutou por igualdade e morreu torturado porque questionava os opressores e defendia os oprimidos. Descobri que evangelho é subversão. Mas, pra alguns, ser pobre é carma. É mais fácil aceitar assim. Não se muda nada, não se questiona nada. O pobre tem que aceitar ser pobre. E os seus têm que continuar sendo oprimidos pelos filhos dos opressores.

Não consigo ouvir nada sobre um tal mito. Não consigo imaginar como alguém pode defender um cara desses. Tortura, ditadura, armamento.. Céus! O que está acontecendo com as pessoas? É assustador. Mas eu sou uma ingênua mesmo.

Na verdade, quando os oprimidos comecem a questionar a sua condição é que os opressores mostram suas garras e dentes ferozes pra segurar seus privilégios. E, apesar de dolorido, não é novidade que o que mais faz o opressor ter medo é ver o povo pensando, questionando e se empoderando de seu lugar.

Calma! Tem lugar pra todo mundo. Não precisa votar em candidato que tem a morte como solução. Pensa um pouco; você não é burro não. Aliás nunca foi porque o que eles querem no final é a tortura, a ditadura e a escravidão. Vocês vão à missa mais do que eu. Não entendem porque não convém à casta.

Desculpa, eu aprendi a ler, a escrever.. E a minha voz eu não silencio mais não.

Descobri que eu posso mais e que não sou mais obrigada a nada.

Não te devo nada. E continuarei a questionar.

Não gostou, né!?

O Brasil que eu quero é país da inclusão. Basta de uns não sabendo o que fazer com tanto dinheiro e outros sem ter o que comer. Dom Helder já falou...

Eu continuo sendo, porque não tem mais sim sinhô!”

Pe. Fabrício Beckmann

Crônicas Pitorescas

Nada de novo...

Palmyro Masiero

Um norte-americano do Texas, debaixo daquele chapéu de cowboy e montado numa burra de dólares, foi a Paris pela primeira vez, em viagem de turismo. Chegando a Orly, partiu à procura de um hotel de oito, nove ou dez estrelas. Não encontrando, contentou-se com um cinco estrelas mesmo. Após sua instalação, resolveu dar umas voltas para conhecer a Cidade Luz.

Mandou providenciar um táxi. Logo encostou um carrão Mercedes e o texano acomodou-se no banco traseiro. Como não sei se o americano falava francês ou se o chofer francês falava o inglês, vamos mandar o papo em português. Afinal, como se entenderam é problema da piada e não nosso. O turista instou ao motorista que lhe mostrasse os monumentos da cidade e, se possível, discorresse sobre a história de cada um.

O passeio teve início. O primeiro lugar em que pararam foi em frente ao Panteão, com suas admiráveis pinturas murais. Disse-lhe o guia que ali eram guardadas as cinzas dos grandes beneméritos da pátria. E foi seguindo na narrativa, até que finalizou:

– O Panteão demorou vinte e cinco anos para ser construído.

– O quê?! – admirou-se o texano. – Pode ter certeza de que lá no Texas a gente teria levantado um igual nuns seis meses.

O francês amargou a insolência, mas, muitas vezes, no trabalho se é obrigado a engolir sapo. Continuando com o passeio, a próxima parada foi em frente à “Notre Dame”. Com paciência, o motorista foi contando a história da famosa igreja e teve que ouvir o pedido da sapiência texana:

– Não é possível conversar com aquele corcunda do filme que bate os sinos da igreja?

A finesse francesa teve que entrar em cena com força total para explicar tudo ao

homem do chapelão. Atropeladamente falou do romance escrito que gerou o filme, dos anais da catedral etc. Encerrou revelando que a catedral demorou duzentos anos para ser edificada.

– Duzentos anos?! deu um grito o turista. Isso é um absurdo! Tenho certeza de que lá no Texas construiríamos uma igualzinha em apenas um ano!

A excursão continuou.

Diante do Louvre e de outros monumentos, o francês tinha que engolir a arenga do americano, de que na sua terra tudo aquilo se faria em muito menos tempo.

Nessa altura do campeonato, a paciência do chofer parisiense estava fugindo pelo ladrão. O carraço ali deslizando pela “Champs Elisées”, e, ao seu final, eles passaram ao lado do Arco do Triunfo e o motorista continuou rodando como se nada visse de importante. Nisso ouviu a voz do texano:

– Ei, para aí! E esse arco aí, que é que é?

– Arco? Que arco? indagou.

– Esse aí do lado.

– Nossa! Exclamou o nosso homem em Paris e de lá. – Esse não tenho a menor idéia. Vamos perguntar ao guarda ali, pois ontem passei por aqui e não havia arco nenhum!

Engraçadinha, não? OK!

Podem bronzear, que a piada é velhíssima. É o que dá para contar hoje. A intenção era fazer um paralelo qualquer entre aqueles políticos que quando estão na oposição têm as fórmulas mágicas, as soluções infalíveis para salvar a Pátria, com a maior tranquilidade. Basta que cheguem ao poder para se constatar que tudo neles não passava de fanfarrônicas demagógicas e muita presunção. Na busca de uma referência, pintou esse texano aí. Se não encontrarem paralelo algum, não faz mal. O Brasil continua à beira do abismo. Isso sim, é história repetida. E sem graça.

Árvores e água: a união perfeita!

Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Notícias sobre o volume dos reservatórios paulistas (situação não muito diferente dos reservatórios brasileiros) sempre preocupam. Apesar das chuvas torrenciais que caem, dados de 24/11/2018 da SABESP apontavam que estamos, em média, com 45,3% do volume total.

Nesse período de chuvas, muitos se perguntam o porquê de os reservatórios não estarem com sua capacidade total, sendo que “chove tanto”. Como representante da Fundação Christiano Rosa no Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul (CBH-PS) e no Comitê de Integração do Paraíba do Sul (CEIVAP), vários amigos me repetem essa pergunta.

Resumidamente, o ciclo da água implica na troca contínua de água entre a atmosfera, a água do solo, águas superficiais, subterrâneas e das plantas. Para que haja água, portanto, há que se ter preservadas nossas florestas, pois delas depende esse ciclo hidrológico. Já o abastecimento dos reservatórios depende do volume de água que chega a eles pelos rios, chuvas ou escoamento das encostas. Portanto, é preciso chuva, sim, mas nos locais certos. Se não chover nas cabeceiras dos rios que desagüam nos reservatórios, eles continuarão a ter saída de água maior do que a entrada.

Não há solução mais eficiente para a falta d’água do que a preservação de nossas florestas e, conseqüentemente, das nascentes nelas existentes. As florestas garantem o abastecimento dos aquíferos, fonte de água quando as chuvas escasseiam.

Daí a importância dos CBH. Dentre suas funções está o financiamento de projetos visando a aumentar o volume d’água disponível e garantir sua qualidade e acessibilidade aos usuários. Nos CBH são estabelecidos os rankings de prioridade, isto é, quais microbacias têm prioridade de revegetação. A partir daí, são avaliadas as condições de financiamento de projetos a serem implantados nessas áreas.

A natureza é sábia. O simples abandono de determinadas áreas garante a sua recuperação vegetal. Os projetos visam a agilizar essa recuperação. Por isso a importância da capacitação dos agentes que os escrevem e a conscientização do proprietário de terras que contemplam nascentes.

Há que se destacar, ainda, que a chuva em locais sem vegetação são causadoras de tragédias. Mais um motivo para nos empenharmos em ações de plantio e ensinar às crianças a importância das árvores e da água.

Se quisermos água, temos que plantar árvores. Essa é a regra! Com a preservação de florestas e a revegetação de áreas degradadas, ressurgirão nascentes e novas irão brotar. Se água é vida e as árvores garantem a água, conclui-se facilmente: sem árvores não há vida!



Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender; e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

Desapego autoritário

O resultado das eleições de 2018, ainda que menos inédito do que supunham alguns incautos, apresentou fato terrivelmente novo: pela primeira vez, desde a última redemocratização, um presidenciável saudosista da ditadura militar e suas práticas venceu o pleito. A retórica autoritária que havia sido derrotada junto à consciência popular na campanha pelas diretas – ainda que setores socialmente minoritários tenham conseguido barrar a proposta no Congresso –, na promulgação da Constituição de 1988 e em todas as eleições posteriores, retornou como o que nunca de fato partiu, com a vitória eleitoral do capitão reformado, cuja referência na história brasileira é um torturador reconhecido pela crueldade com que tratava suas vítimas. Frente a esse cenário, uma pergunta central se coloca: o que levou milhões de brasileiros, através do processo democrático das eleições, à escolha de um presidente com perfil e posições abertamente avessos à própria democracia?

Como em todo fenômeno social, complexo por princípio, explicações diversas são possíveis e pertinentes: o antipetismo, que fez milhões usarem do voto em Bolsonaro como uma espécie de veto ao PT; a existência de setores profundamente conservadores

e antidemocráticos que enxergaram no capitão a representação de suas demandas; a profunda crise de representação que levou o eleitorado à escolha de um candidato que, ao menos sob seus olhos, surgia como alguém de fora do sistema. Todas essas explicações, de caráter mais conjuntural, ainda que contribuam em parte à elucidação do fenômeno, tangenciam um elemento histórico importante: a inexistência no Brasil de uma cultura que encare o exercício da liberdade política como prática indispensável à vida social. Trocando em miúdos, poder-se-ia dizer que o ativismo democrático, marcado por uma atitude proativa dos cidadãos frente ao Estado, nunca foi visto como algo realmente importante pelos brasileiros.

Um expoente do liberalismo político moderno, Alexis de Tocqueville, em sua obra *A Democracia na América*, afirmava que, apesar de admirar a igualdade democrática instaurada pela Revolução Francesa, quando o Estado e suas leis deixaram de tratar os indivíduos oficialmente como desiguais, não temia o abandono dessa prática, tendo em vista que, segundo ele, o retorno à sociedade aristocrática do passado não era mais uma perspectiva possível. Por outro lado, no entanto, Tocqueville demonstrava profundo

temor quanto à manutenção da liberdade dos indivíduos, já que, em sua visão, essa última dependeria de um exercício ativo do que poderíamos aqui chamar de “cidadania”, marcada pela mobilização constante frente ao Estado para sugerir, exigir e decidir.

A um dos fundadores da República dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, foi atribuída a brilhante frase que poderia sintetizar o alerta de Tocqueville: “O preço da liberdade é a eterna vigilância.” Noutros termos, a manutenção da liberdade depende, desde sempre, de uma atitude ativa e preocupada dos indivíduos frente ao autoritarismo que o Estado, sob o controle de figuras desconfiadas dos valores democráticos, tende a demonstrar. O último bastião da democracia tocquevilliana, quando morto de nanismo o exercício da liberdade política, é a capacidade das instituições republicanas de assegurarem a manutenção da democracia e da liberdade como um permanente estado de coisas. Ao que tudo indica, tendo sido o apreço pela liberdade política renunciado nas urnas, estarão à prova as instituições que, a duras penas, os democratas brasileiros construíram no último século.

Rafael Domingues de Lima

O maciço dos Marins

Quem percorre o Vale do Paraíba paulista pela via Dutra, no sentido São Paulo/Rio, a partir de Taubaté observa no azulado da Serra da Mantiqueira um pico que se destaca: é o dos Marins, em Piquete, com seus 2.422m.

Essa serra é de grande importância no território paulista, tanto por sua extensão como por sua altitude, em muitos locais superior a 2.000m, como o observado em Piquete. A Mantiqueira oferece paisagens de rara beleza, resultantes de longos processos – geológico e climático – que a moldaram. Sua história geológica é associada a sucessivas fases de ruptura da borda do continente, incluindo vulcanismos. Sobre esse arcabouço rochoso foi entalhada grande diversidade de feições geomorfológicas, representadas por picos e escarpas, anfiteatros de nascentes que abrigam densa rede de drenagem, quedas d’água e vales suspensos. Nos Marins, por exemplo, já acima dos 2.000m, nasce o Ribeirão Passa-Quatro.

A diversidade de feições de relevo da Serra da Mantiqueira, resultante da altitude, propicia um leque de variação das formações vegetais que, em curtas distâncias, passam dos ecossistemas florestais aos rupestres.

Acertadamente, Piquete tem o cognome de Cidade Paisagem. Isso se deve justamente à Mantiqueira, que corta seu território. Na paisagem valeparaibana, os Marins se destacam, atraindo o olhar curioso de todos, especialmente dos amantes da natureza e cientistas. Já no ano de 1817, o austríaco Thomas Ender, em companhia dos naturalistas Johan Baptiste von Spix e Karl Friedrich Philipp von Marcius, registra o maciço dos Marins em aquarela.

Sentinela a balizar caminhos reais, os Marins são um patrimônio natural que precisa ser olhado com maior atenção. A Fundação Christiano Rosa, desde sua instituição, vem envidando esforços no sentido de preservá-lo como “monumento natural” paulis-

ta. Desde 1997, diversos pesquisadores vêm trabalhando em parceria com a Fundação no levantamento de dados que permitam este intento. Apesar de preservada por meio do Decreto 91.304, de 3/06/1985, que cria a Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira, é necessário um trabalho voltado especificamente para o maciço dos Marins, visando, principalmente, à preservação dos remanescentes de ecossistemas nativos que abrigam as únicas parcelas da biodiversidade montana e alto-montana do território paulista. Já em 1998, pesquisadores do INPE e de universidades americana e valeparaibana propuseram a criação de um corredor ecológico da Mantiqueira. Desde então, diversos outros trabalhos foram realizados com a mesma finalidade. Recentemente o tema “monumento natural” foi retomado em encontro do Grupo de Trabalho Serra da Mantiqueira acontecido em Piquete.

Há muito por ser feito pela Mantiqueira e pelos Marins!



O bom exemplo do Imperador

Quem visita o Parque da Floresta da Tijuca, na bela cidade do Rio de Janeiro, nem imagina que a área que ela ocupa abrigou fazendas de café e de carvão.

O Imperador D. Pedro II, homem de tino e descortino, percebendo as consequências negativas para o clima e principalmente para o volume de água determinou a recompra das fazendas e a recomposição da mata.

No momento em que a agropecuária brasileira – AGRO – dá início a mais uma fase de suas providências em busca da sustentabilidade no campo – a recuperação de áreas degradadas – e o faz fundamentada em pesquisas de alto nível como as da ESALQ e as da EMBRAPA, a vitória do Imperador surge como um prenúncio de excelentes resultados.

Primeiro foi a aprovação do Código Florestal pelo Congresso Nacional.

As mentes se arejaram – nascentes passaram a ser protegidas, matas ciliares foram replantadas, configurou-se a agrofloresta.

Em seguida, o Cadastro Ambiental Rural – CAR – movimentou todo o campo brasileiro.

Agora, que o homem do campo não deixe um só hectare da natureza machucado pela sua atividade – homem brasileiro no campo, produção sustentável!

Estamos ouvindo falar na criação de uma Agência para a Mineração.

Causa impacto. Não se trata de uma inversão da pirâmide?

Nós, leigos, só sabemos que o subsolo pertence ao governo federal – tudo o que é federal pertence a todos os brasileiros.

Cadê o meu ouro? Cadê a minha bauxita? Cadê o meu nióbio? Cadê o meu ferro? Cadê o meu petróleo? Cadê o meu diamante? Cadê a minha esmeralda?

Vejo, em Juiz de Fora, passarem trezentos vagões de minério de ferro. Qual a minha parte nesses vagões de cada vez?

O ferro está armazenado nas entranhas de Minas Gerais, nas entranhas do Pará.

Que ganha o estado de Minas Gerais e o estado do Pará com ele?

Mariana, MG, Barcarena, PA. Agora, a corrida do ouro para o rio Araguaia.

Não é chegada a hora de colocar os pingos nos is?

A quem pertence a área? Ao governo federal, ao governo estadual, ao município ou a particulares? Está em área indígena ou quilombola?

Quem tem o direito de explorar as jazidas?

Qual a responsabilidade dos exploradores quanto ao impacto ambiental?

As comunidades indígenas brasileiras não estão acostumadas a imposições. Tudo é resolvido com longas conversas dos mais velhos.

Com bons interlocutores, os índios não oferecerão resistência à exploração de suas terras, desde que a água não seja contaminada e, posteriormente o solo seja recuperado.

Além disso, se houver necessidade de área para roça de subsistência, terrenos adjacentes podem ser providenciados.

A Floresta da Tijuca é prova de que há solução.

O AGRO encontrou seu rumo.

Para a mineração aguardaremos o império das boas ideias.

Abigayl Lea da Silva

A riqueza racial brasileira

Preservar a memória é uma forma de construir a história. É pela disputa dessa memória, dessa história, que se comemora, no dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra. Nessa data, em 1695, foi assassinado Zumbi, um dos últimos líderes do Quilombo dos Palmares, que se transformou em ícone da resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade. Palmares foi considerado o maior foco de resistência negra à escravidão no Brasil.

Mais de três séculos após a morte de Zumbi, constata-se que o racismo não deixou de existir ou de se manifestar socialmente. Na verdade, a opressão de cor somente se modernizou, assim como a sociedade da opressão modernizou suas formas de dominação.

As diversas organizações ligadas à questão racial têm o dia 20 de novembro como um ponto de convergência para manifestações e reflexões sobre suas formas

de luta e atuação por uma sociedade que saiba respeitar, contemplar e congregar as diferenças.

Num país multirracial como o Brasil, não se pode esquecer o fundamental papel do negro ao longo de seu processo histórico. Repensar essa questão e a importância do ensino da história africana e afrobrasileira nas escolas é um bom começo para se discutir a questão do negro no Brasil.

O Dia Nacional da Consciência Negra é ocasião para que todos os brasileiros que lutam por uma sociedade democrática de fato e igualitária repensem a questão e se unam, buscando maior participação e cidadania para os afrodescendentes e se associem a outros grupos para dizer não ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial.

Que estejamos unidos, irmanados nessa caminhada pela liberdade e pela consciência da riqueza racial brasileira, num projeto de nação que contemple a diversidade engendrada em nosso processo histórico.

